

Por entre brasas e fumaças: encontros e desencontros entre práticas sociais e racionalidades operantes de sujeitos envolvidos em contextos de incêndios florestais¹

In the midst of flames and fumes: agreements and disagreements between social practices and operative rationalities of the actors involved in the context of forest fire

Norma Valencio

Departamento de Sociologia e Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais em Desastres (NEPED). Universidade Federal de São Carlos.
normaf@terra.com.br

Rosemeire Scopinho

Departamento de Psicologia. Universidade Federal de São Carlos e Núcleo de Estudos Trabalho, Sociedade e Comunidade (NUESTRA).
scopinho@ufscar.br

Luciano Lourenço

Núcleo de Investigação Científica de Incêndios Florestais (NICIF) e Departamento de Geografia. Faculdade de Letras. Universidade de Coimbra.
luciano@uc.pt

Resumo:

Em Portugal, alguns desastres/catástrofes de grande repercussão estão associados a incêndios florestais que afligem especialmente os idosos residentes nas aldeias do interior do país. Parte-se desse contexto para problematizar as práticas e a racionalidade adotadas pelos meios operacionais em emergências ao lidarem com situações de crise e descreve-se o histórico de eventos de grandes incêndios florestais no alto distrito de Coimbra, nas últimas décadas. Desde aí, através da memória social de idosos residentes em oito diferentes aldeias do referido distrito, analisam-se os seus encontros e desencontros com os meios operacionais, quando da ocorrência de incêndios florestais. Finaliza-se apontando o sofrimento social de idosos nessas circunstâncias, bem como o repertório das práticas desencadeadas pelo grupo visando a sua autoproteção, que é complexo e, no geral, se distancia da visão e da ação técnica empregadas nessas situações.

Palavras-chave: Desastres/catástrofes. Memória social. Vida quotidiana. Incêndios florestais. Portugal.

Abstract:

In Portugal, disasters of great repercussion in press are associated with forest fires and affect in special the elderly living in small villages in the countryside. Following from this context, it is analysed the practices and rationality adopted by the operational body in emergencies when dealing with such crisis, and also the description of the historic of forest fire events in the county of Coimbra in the last decades. Then, from the perspective of the social memory of the elderly living in eight different villages in this county, it is analysed their agreements and disagreements with the operational body in the circumstances of a forest fire. It finished presenting how complex are the social suffering of the elderly in these circumstance and the framework of practices the group has taken to their self-protection, and also how these practices are in general distant from the technical perspective and action employed by the emergency bodies.

Keywords: Disasters. Social memory. Daily life. Forest fires. Portugal.

¹ Este trabalho corresponde à comunicação, com o mesmo título, apresentada no VIII Colóquio de Geografia de Coimbra, subordinado ao tema "Espaço, Natureza e Sociedade. A Geografia na Estratégia 2020 da Região Centro", realizado na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, nos dias 27 e 28 de março de 2014.

Introdução

Se, para o homem comum, a vida cotidiana se apresenta como uma espécie de território, onde as relações sociais ganham colorido e indicam as possibilidades de realização do sujeito, também é nela que as limitações concretas e simbólicas desta realização se manifestam (MARTINS, 1998). Possibilidades, por um lado, e limitações por outro, constituem vias abertas e obstruídas pelas regras de tráfego da sociabilidade daqueles que convivem, produzem e partilham um senso comum. Trata-se de um conhecimento fundamental acerca do mundo vivido, que se reelabora no cotidiano, e cujos significados são validados na interação social (MARTINS, 1998; 2000), onde se materializam na forma de um lugar identitariamente referenciado (ZHOURI e OLIVEIRA, 2010).

A memória social é o elemento ativo que dá sentido às feições do lugar, dota a sociabilidade miúda do dia a dia de uma história mais densa e, enfim, manifesta a energia pulsante do senso comum. Constituindo camadas de variadas experiências e conhecimentos, tanto pessoais como coletivos, testados nas contingências e entremeados nas rotinas, compartilhados pelo discurso e pelas práticas adotadas, as quais são alvo de contínuos reexames, ruminações e emoções que suscitam novas reassociações e significados sobre o mundo e o sujeito no mundo, a memória social vincula assim o visível e o invisível da vida cotidiana de um lugar.

No entanto, vida cotidiana e memória social não se abastecem mecanicamente uma da outra na regularidade do que pode ser entendido como rotina. Mas, nos eventos críticos, que suscitam graves perturbações na vida cotidiana de um lugar, a memória social faz-se presente para municiar as reacomodações necessárias às rotinas de uma coletividade. Um desses eventos críticos é, sem dúvida, um desastre, expressão usada na terminologia brasileira e anglo-saxônica, ou uma catástrofe, termo mais comum na literatura portuguesa e francófona.

Ora, na perspectiva sociológica, um desastre é um tipo específico de crise social subjacente a um acontecimento físico (QUARANTELLI 1998; 2005), que ocorre no âmbito de um tempo social e não meramente cronológico (SOROKIN, 1942), o que faz com que a procura dos sentidos do acontecimento, pelos sujeitos que estão no centro da cena de devastação ou por aqueles que vão ao seu encontro, não seja algo trivial.

As catástrofes ou os desastres são, também, um dos *eventos críticos* a que DAS (1995) se referiu para destacar as tensões e violências subjacentes às relações do Estado com os grupos sociais que se encontram em desvantagem. Nestes casos, trata-se de uma desvantagem na qual tais grupos se veem expostos temerariamente a perigos que, então, os alcançam. Sentindo-se indefesos, esses grupos tornam-se alvos de agentes operacionais que, pautados por uma racionalidade burocrática, tendem a vitimizá-los através do uso de modelos interpretativos estanques que lhes cerceiam os recursos de voz.

Contudo, a autora destaca que o sofrimento social associado a tais eventos críticos não é necessariamente vivenciado com resignação. Pelo contrário, tais eventos possibilitam que os grupos vitimizados, a par de sua experiência de aviltamento, se constituam como sujeitos, buscando possibilidades de vocalização de seus próprios significados dramáticos vividos nas experiências ordinárias que, para além da dor, lhes permitiram renovar a sua capacidade de se manterem vivos e refazerem a sua vida cotidiana. Posto deste modo, DAS leva-nos a compreender que o tempo social é o esteio dos processos moldáveis da memória local bem como do surgimento de modos específicos de resistência frente a um desastre.

Tendo isso em conta e com base na concepção de memória social como processo que articula tempos distintos (BOSI, 1979; JODELET, 2007), este artigo tem por objetivo oferecer uma reflexão acerca da memória social de idosos sobre desastres relacionados com incêndios florestais, bem como sobre as perturbações provocadas por esses episódios na vida cotidiana dos lugares por eles afetados e, ainda, sobre as relações dos moradores locais com os meios operacionais que combateram os incêndios.

Para tanto, partimos de uma síntese de resultados, obtida quer de pesquisa documental, quer do trabalho de campo empreendido nos últimos anos em sub-regiões do alto distrito de Coimbra, devidamente cartografado e que, somado à análise documental em torno dos mais recentes Planos Municipais de Defesa da Floresta contra Incêndios, bem como à pesquisa de campo, de base qualitativa e de caráter sociológico, realizada nessas sub-regiões no início da *temporada* dos incêndios do ano de 2013, nos possibilitou desenhar um panorama mais geral das especificidades locais em torno da problemática supramencionada.

Deste modo, a cartografia dos incêndios florestais, ocorridos nas últimas cinco décadas no alto distrito de Coimbra, permitiu identificar as localidades mais suscetíveis e com considerável gama de ocorrências, de modo a viabilizar a seleção de oito aldeias, localizadas em três concelhos diferentes, para a realização de entrevistas aos moradores idosos e a outros agentes envolvidos na prevenção e controle dos incêndios florestais. Depois, entrando em contacto com as autoridades correspondentes, foi possível aceder aos documentos oficiais de planificação das ações oficiais de defesa da floresta contra incêndios, que em cada um desses municípios são aplicadas no terreno.

As aldeias, pertencentes ao alto distrito de Coimbra, equivalem à ideia de lugar, isto é, a um processo social de territorialização, com forte vinculação identitária e moldado por um tempo histórico consideravelmente longo, uma vez que, muitas delas, remontam a várias centenas de anos.

Assim, no concelho de Arganil, foram selecionadas para a pesquisa de campo as aldeias de Cepos e Piódão; no concelho de Góis, as aldeias de Malhada e Soito e, no concelho de Oliveira do Hospital, as aldeias de Gramaça, Chão Sobral, Aldeia das Dez e Rio de Mel (Figura 1). Nelas, buscamos a vocali-

zação direta dos idosos, personagens centrais do lugar e parcela expressiva da população local, que não só ouviu falar dos incêndios, mas também participou diretamente dos acontecimentos. Os estudos de Lourenço (2006) indicam que o processo de êxodo rural, característico da dinâmica demográfica e econômica da região da Serra do Açor, tornam o território mais suscetível a incêndios florestais e, sendo os idosos os que permanecem nas aldeias e em atividade econômica no campo, são o grupo social mais vulnerável nessas circunstâncias. Com base em informação censitária, o mencionado autor identificou um progressivo abandono dos campos em socalcos nas terras mais afastadas das aldeias e a opção dos produtores, na maioria em idade avançada (acima dos 55 anos de idade) a se dedicar a áreas mais próximas de suas moradias. Com o declínio da atividade agrícola, o mosaico agrícola das áreas rurais empobreceu-se e os campos em socalcos, abandonados, propiciaram o aumento da carga combustível, do que decorrem os riscos de ignição e de propagação de incêndios, continua Lourenço (2006).

1. Cobertura de um período temporal relativamente longo, ou seja, desde que os incêndios florestais começaram a ser um problema grave em Portugal (1974/1975);
2. Marcas deixadas no ambiente físico e, em particular, nas áreas de interface urbano-florestal, por incêndios de grande severidade;
3. Recorrência de ignições que provocaram incêndios florestais, alguns deles catastróficos.

A metodologia passou também pela realização de entrevistas individuais e coletivas com moradores idosos, membros de uma mesma família e/ou de grupos comunitários mais amplos, escolhidos intencionalmente em razão de serem os depositários da memória social, conforme Bosi (1979), e também por serem o grupo populacional maioritário nas aldeias devido ao fenómeno do esvaziamento e envelhecimento do rural (BARONET, 2011).

As entrevistas foram precedidas da realização de contatos com os dirigentes dos concelhos e das instituições responsáveis pela vigilância, controle e combate aos incêndios sendo que, em cada aldeia, o agendamento e realização das entrevistas foram

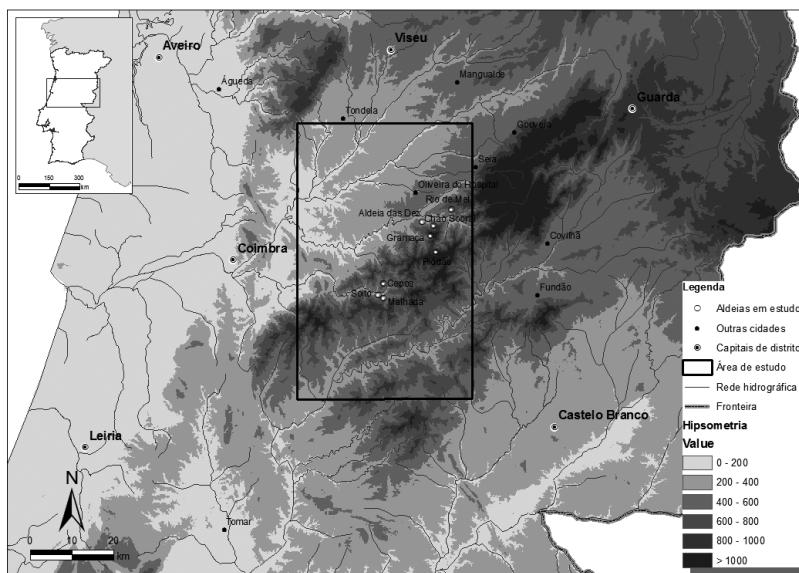


Figura 1
Esboço hipsométrico e de localização da área de estudo.
(Cartografia elaborada por Sofia Bernardino, adaptada da Agência Portuguesa do Ambiente e Direção Geral do Território).

As oito aldeias selecionadas para a pesquisa de campo pertencem às serras de xisto do bloco montanhoso oriental do distrito de Coimbra e que, apesar de uma ou outra nuance específica, é representativo da generalidade dos incêndios ocorridos tanto na cordilheira central, como nas áreas montanhosas de Portugal, dado que todas elas foram afetadas por incêndios florestais nos últimos quarenta anos, algumas uma única vez e, outras, por várias vezes.

A escolha destas aldeias baseou-se em vários aspectos dos quais destacamos a existência de:

mediados pela participação de funcionários dos concelhos, que cumpriram o papel de informantes chave. Os entrevistados foram abordados nas suas residências ou nos locais rotineiros de convívio. De tipo semiestruturadas, as entrevistas seguiram um roteiro temático que procurava resgatar a vivência dos eventos assim como os momentos que o precederam e sucederam, tratando especialmente das suas consequências no quotidiano do modo de vida aldeão. Foram, especialmente, as entrevistas coletivas que possibilitaram a calibração das informações obtidas através dos diferentes discursos acerca das *regula-*

ridades e especificidades da vivência dos desastres/catástrofes.

Paralelamente ao processo de agendamento e realização das entrevistas, observámos o quotidiano aldeão, o que permitiu apreender elementos importantes do modo de vida local, desde as formas de trabalho existentes, até aos costumes e tradições mantidas, passando pela organização dos diferentes espaços de vivência. Este recurso permitiu ficar a conhecer melhor os sujeitos e, ao mesmo tempo, confrontar discursos e práticas sociais, partindo do pressuposto de que os desencontros, entre a memória oficial e aquela que se constrói por meio dos acontecimentos e relações entre as personagens do lugar, trazem lume à compreensão da riqueza subjacente à vida quotidiana (Bosi, 1979).

O percurso analítico deste artigo iniciou-se com um esforço de descoberta preliminar das tensões que envolvem grupos sociais afetados no evento crítico supramencionado e os meios técnicos e operacionais que prestam atendimento nessas circunstâncias.

Em seguida, partimos para a apresentação dos resultados do estudo empírico, começando por caracterizar o contexto físico-ambiental em que se desenrola o estudo, para nele situar um breve histórico, no tempo cronológico, das ocorrências dos incêndios que ali, reiteradamente, se propagam.

Segue-se uma breve consideração sobre os desafios que este tempo cronológico impõe aos meios técnicos disponíveis e à gestão dos planos municipais de defesa da floresta contra incêndios.

Depois, com base nos conteúdos discursivos dos referidos documentos, focalizamos os processos que denotam as tensões existentes na relação dos idosos, a população dominantes nestas aldeias, com os meios técnico-operacionais e as convergências possíveis, além do enfrentamento das incertezas da vida quotidiana, diante da possibilidade de reaparecimento das brasas e fumaças, através da adoção de novas estratégias comunitárias para enfrentar tais perigos.

1. Desastre/Catástrofe: desencontros entre o tecnicismo e a memória social

Abordando o caso específico de Portugal, GRANJO *et al.* (2012) asseveram que a resposta às emergências, no que concerne ao sistema de proteção civil, obedece a um fluxo vertical de comando e de emprego de meios, que vai do nível municipal ao nacional - com destaque para os comandos distritais de operações de socorro (CDOS) que, em termos operacionais, subordinam as corporações de bombeiros da respectiva região e os agentes municipais de proteção civil - conforme o que seja necessário para complementar a capacidade de resposta na mitigação dos danos e prejuízos em ocorrência e segundo o que disponham os documentos orientadores, designadamente os planos de emergência.

Quando a situação piora, o sistema prevê o acionamento do nível superior onde, segundo os

referidos autores, se crê que surgirá *alguém que dirá o que fazer*. E os referidos autores complementam: “Os planos devem incluir, entre outras componentes, a tipificação dos riscos existentes, as medidas de prevenção a adotar, os critérios de mobilização e mecanismos de coordenação dos meios e recursos utilizáveis” (GRANJO *et al.*, 2012: 6).

Embora tais documentos contenham grande volume de informação, tipificando os riscos e as ameaças, e se desdobrem em planos específicos, os referidos autores enfatizam que os mesmos são produzidos de um modo tal que, as comunidades em cujo interesse tais planos são elaborados, os desconhece.

No caso dos riscos de cheias e de inundações após a ocorrência de incêndios florestais, PEREIRA e LOURENÇO (2006) identificam que algumas dessas responsabilidades públicas não têm sido assumidas de modo adequado, designadamente no que se refere à gestão e ordenamento do espaço florestal. Segundo os referidos autores, a ausência de incentivos à reabilitação das áreas incendiadas torna contínuos, no tempo e no espaço, os riscos de eclosão e de propagação de incêndios, e afirmam que “[...] a rapidez da resposta dos vários agentes do estado (administração local e central) caracteriza-se geralmente pelo mesmo problema: ausência de ações concertadas” (PEREIRA e LOURENÇO, 2006: 147).

De facto, não só a ausência de ações concertadas entre diferentes municípios, mas também e sobretudo a ausência de ações continuadas ao longo do tempo cronológico, fazem com que os incêndios florestais sejam recorrentes em Portugal e originem um tipo de crise social persistente, que envolve, sobretudo, as pequenas aldeias do interior do país e, nelas, os moradores idosos, que constituem a maioria da população ali residente. Em alguns casos, as ocorrências repetem-se com tão curto intervalo de tempo entre elas, que desencadeiam uma intranquilidade acrescida, especialmente na estação de verão, entre os moradores das aldeias cercadas por florestas de pinheiros e eucaliptos.

Conforme é consensual entre estudiosos e técnicos do tema, convergem três “30” para aumentar o risco de incêndio no meio das florestas, a saber: altas temperaturas, superiores a 30 graus Celsius; baixa humidade relativa do ar, menor do que 30%; elevada velocidade do vento, com mais de 30 quilómetros/hora.

Mas, porventura, serão essas razões suficientes para justificar a ocorrência, bem como a severidade, dos incêndios florestais registados no interior do referido país, especificamente adentrando pelas serras no distrito de Coimbra? LOURENÇO (2006) adverte que não e, nas razões adicionais que as suas investigações científicas apontam, destacam-se tanto o preocupante abandono dos campos, seja por êxodo rural ou envelhecimento populacional, conforme já mencionado, como as dificuldades que o ambiente físico impõe à ação dos meios operacionais de combate aos incêndios florestais, tal como ocorre na serra do Açor, onde, afinal, estão situadas as aldeias do nosso estudo.

Ora, a serra do Açor localiza-se no sector intermédio da cordilheira central portuguesa, mais precisamente entre as serras da Lousã (1205m), a ocidente, e da Estrela (1993m), a oriente, as quais, no seu conjunto, constituem o mais importante conjunto montanhoso português e dividem Portugal em dois domínios climáticos diferentes: o Norte, mais atlântico, e o Sul, com influências mediterrâneas. Por sua vez, a serra do Açor é cortada pelo rio Ceira, que se desenvolve no sentido nordeste-sudoeste, dividindo-a em dois blocos. O setentrional alcança 1342m, em São Pedro do Açor, e o meridional, a sul do rio Ceira, culmina ainda a maior altitude, 1418m, no Picoto de Cebola.

Como é sabido, o relevo dificulta a atuação dos meios operacionais de combate às frentes de chamas, quer pelos declives acentuados que têm de vencer, quer pela sinuosidade das estradas, que aumentam consideravelmente as distâncias entre os quartéis dos bombeiros e os pontos de ignição dos incêndios, em comparação com as medidas em linha reta, o que contribui para retardar o ataque inicial.

Com efeito, quando a primeira intervenção não é rápida e eficaz, o que por vezes ocorre, face às distâncias a vencer entre o posicionamento dos meios de combate e o ponto onde ocorrem as ignições, com declives e sinuosidades elevadas, que também contribuem para retardar a marcha dos veículos, sucede que os meios operacionais eventualmente chegam ao local do incêndio e já o encontram relativamente grande.

Nesses casos, o ataque inicial pode não ser suficiente para o seu controle, o que, na avaliação feita de imediato, quando da chegada ao local, pode implicar a demanda por mais meios, para se passar a um combate estendido/alargado, mas que nem sempre está disponível no município, o que redundará num tempo adicional para se proceder à sua mobilização, após se ter solicitado o auxílio ao nível superior de comando.

Como, nesta fase, o tempo cronológico é um elemento crucial, se, porventura, se deixa que o incêndio evolua e passe a ser grande, depois o seu controle é bem mais difícil, como tem sucedido, com demasiada frequência, nestas áreas montanhosas.

De facto, a enorme extensão das áreas queimadas pelos incêndios florestais nas serras da Cordilheira Central acentuou-se a partir de meados dos anos setenta do século passado e, no período compreendido entre 1975 e 1985, alguns municípios da serra do Açor viram a sua área florestal devastada por grandes incêndios que dizimaram mais de 100% dessa superfície florestal, dado que alguma dela foi queimada mais do que uma vez. Assim, apenas numa década, a área florestal do concelho da Pampilhosa da Serra ardeu quase duas vezes (180,04%), em Arganil foram queimados 130,69% da área florestal e, em Góis, 106,63% (LOURENÇO, 1988a).

A sobreposição, num único mapa, de todas as ocorrências no período compreendido entre 1975-2012 torna a leitura difícil, razão que nos levou a dividi-los

pelas quatro décadas (Figura 2), respectivamente, de 1975 a 1984 (Figura 2-A), de 1985 a 1994 (Figura 2-B), de 1995 a 2004 (Figura 2-C) e de 2005 a 2012, o último ano para que há cartografia disponível (Figura 2-D).

Os primeiros grandes incêndios, na área em análise e com registo cartográfico, ocorreram no ano de 1975, nos concelhos de Pampilhosa da Serra e Arganil (Figura 2-A), onde, além da floresta, queimaram casas na aldeia de Cepos (concelho de Arganil), embora haja registos anteriores, como o que em 1961 (LOURENÇO, 2009, p. 9) destruiu completamente a aldeia de Vale do Rio, no concelho de Figueiró-dos-Vinhos, a sul da área de estudo.

Mas, o primeiro incêndio que nesta região reduziu a cinzas uma área superior a 10 000 ha¹ (Figura 2-B), mais precisamente 10 927ha (VIEGAS, LOURENÇO *et al.*, 1988), tendo cercado 25 aldeias, de entre as quais Piódão (concelho de Arganil) e Gramaça (concelho de Oliveira do Hospital), e contornado mais de uma dúzia de outras, como foi o caso de Aldeia das Dez e Chão Sobral (concelho de Oliveira do Hospital), teve lugar no mês de setembro de 1987.

Três anos depois, em 1990, manifestou-se outro violento incêndio nos concelhos de Pampilhosa da Serra e Góis (Figura 2-B), tendo cercado as povoações de Malhada e Soito (concelho de Góis), onde, apesar dos esforços dos bombeiros, arderam algumas moradias.

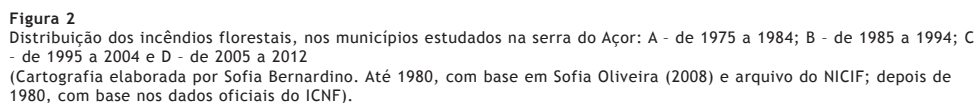
Mais recentemente, no ano de 2005, um enorme incêndio, com 15 837 ha, voltou a devastar parte da área queimada em 1987 (LOURENÇO, 2007) e, além da habitual destruição da vegetação, voltou a cercar várias aldeias, entre as quais as já mencionadas do Piódão (concelho de Arganil), Gramaça e Chão Sobral (concelho de Oliveira do Hospital).

No ano de 2012, houve um novo incêndio, desta vez ao redor de Rio de Mel (concelho de Oliveira do Hospital) (Figura 2-D), que atingiu as moradias mais próximas da área florestal.

Em estudos complementares, PEREIRA e LOURENÇO (2006) identificaram que, na serra do Açor, incêndios florestais graves (ocorridos, respectivamente, nos anos de 1987 e 2005) foram sucedidos, imediatamente, no ano seguinte, por outros desastres tais como cheias atípicas e enxurradas, que provocaram os efeitos mais pronunciados (ocorridos, respectivamente, nos anos de 1988 e 2006). Assim, na mencionada região, o trinómio: incêndios florestais - erosões - enxurradas/inundações, não foi pontual e, pelo contrário, tende a tornar-se crónico e a concretizar-se em novos desastres, sempre que as circunstâncias lhes forem favoráveis.

A par de tais suscetibilidades, os meios técnicos e operacionais empenham-se em elaborar e atualizar documentos norteadores, tanto de sua visão particular do problema quanto de procedimentos

¹ Em Portugal, o 1.º incêndio com mais de 10 000 ha de extensão, registou-se precisamente no ano anterior, de 1986, tendo reduzido a cinzas mais de 12 000 ha, nos concelhos de Vila de Rei e Ferreira do Zêzere, situados a SW da área de estudo (Lourenço, 1988b).



correspondentes a serem adotados no campo, os quais nem sempre estão em consonância com a realidade da produção social do lugar, porque as informações socioeconômicas ali agregadas são vistas como *superfluas*, isto é, sem contribuição relevante para aquilo que, no teor documental, é visto como principal e, ademais, são documentos elaborados à revelia do saber popular.

Entretanto, esse saber existe e os idosos dos lugares são aqueles que o transportam, embora sem preocupações em tentar associá-lo àquilo que está contido nos referidos documentos institucionais. Tal dissociação começa, por um lado, pela importância que a planificação oficial de emergência atribui aos episódios mais recentes, que orientam a deliberação acerca dos recursos a serem destinados às operações, enquanto que, por outra parte, os idosos não atribuem necessariamente maior relevância ao episódio mais recente de incêndio florestal, que se desenvolveu à volta dos seus lugares, em relação ao primeiro que as suas lembranças alcançam.

O sistema de referências que a memória social local adota, para nomear o incêndio de maior repercussão em suas vidas, não assenta na construção de um histórico de acontecimentos regidos por um calendário, tal como camadas que se sobrepõem, tornando o passado gradualmente fugidio e o presente mais intensamente notado ou vice-versa, pois, o que de facto parece pesar na riqueza do rememorar a experiência de inserção, nesse tipo de evento crítico, é um conjunto constituído pela severidade e complexidade das atribulações simultâneas e o aparecimento de novas práticas de coesão social comunitária que o episódio engendra na vida quotidiana daquela coletividade.

Em relação às atribuições, essas não se devem, primariamente, à exposição ao que é considerado tecnicamente como sendo o centro do perigo, ou seja, ao incêndio em si e/ou aos seus deletérios efeitos ambientais, tais como a concentração de fumos, as elevadas temperaturas devido às chamas, a proximidade do arvoredo queimado e demais elementos, naturais e construídos, do espaço e em colapso, na ocasião.

Devem-se, isso sim, às tensões sociais decorrentes das referidas circunstâncias, muitas das quais ocasionadas pela indisposição dos meios técnicos atuantes na emergência ou pela sua incapacidade em compreenderem os anseios da comunidade afetada, o que, em algumas situações, teria agravado as perdas e danos havidos, apesar do muito que a comunidade faz por si mesma para se proteger, evitando maiores injúrias físicas e outros agravos.

Esse novo arcabouço endógeno de práticas comunitárias, que emerge na situação-limite, suscitado pelos vínculos sociais forjados na vida quotidiana, torna-se elemento decisivo para que um determinado incêndio adquira maior durabilidade na memória social local, sendo daí contínuo objeto de compartilhamento e reinterpretções pelos demais moradores do lugar.

Reiteramos, assim, que os incêndios florestais, que se sucederam no espaço em análise e que, fre-

quentemente, ameaçaram a vida quotidiana das aldeias, não são recordados pelas comunidades, por meio da memória social dos idosos, conforme a ordem cronológica da sua ocorrência, mas sim segundo a intensidade da experiência social do lugar. Disso decorre que os principais incêndios, que abalaram a rotineira vida comunitária, têm uma referência cronológica por vezes distante, mas sem que com isto o grupo tenha perdido a intensidade das lembranças e o refinamento dos detalhes em torno dos acontecimentos.

Apesar disso, é abundante a literatura científica e técnica que interpreta os riscos e os desastres/catástrofes como eventos que, essencialmente, questionam a validade do senso comum de comunidades afetadas no que concerne à capacidade de defesa de seu lugar, conforme demonstrado na alentada revisão bibliográfica feita por GUIVANT (1998). Esse discurso avança, ainda, para a culpabilização das mesmas pelos dramas vividos naquela circunstância e para o incentivo às iniciativas que promovam o ajuste dos saberes locais, amoldando-os a uma relação hierárquica com os saberes modernos, conforme problematizaram DAS (1995), VALENCIO (2010) e outros.

Tal processo de desqualificação - realizado por meio escrito e falado, através da difusão midiática e internalizado na linguagem corporal dos quadros operacionais da emergência, especialmente, quando na interação de atendimento de resposta aos desastres - visa impregnar, no imaginário social do homem comum, a concepção de que a figuração de vítima, à qual corresponde um herói que virá em seu socorro, tem eficácia para a garantia do retorno à normalidade da vida social.

Nessa figuração, a vítima precisa de se portar como sendo incapaz de responder aos desafios impostos pelas circunstâncias adversas, manter-se vulnerável e dependente do repertório de significados e da atuação de terceiros a seu favor e aceitar passivamente o constante desmerecimento dos esforços próprios para lidar com o problema.

Embora existam situações concretas nas quais haja uma eventual incapacidade ou impossibilidade específica, individual ou coletiva, de prover autoproteção - incluindo a manifestação física de perigos inusitados e desconhecidos que ultrapassem em muito a condição autónoma de responder, tornando imprescindível o socorro prestado por terceiros - se torna imperativo destacar que a difusão do *approach* vitimizador e patologizante é uma manifestação de poder que vem na contramão da possibilidade de reconhecer como sujeitos os grupos afetados nos desastres.

Os que adotam esse *approach* - incluindo uma fração daqueles que sofrem agravos - *justificam-no por meio do argumento de que* haveria a prevalência do pânico e de demais comportamentos desorganizados entre os grupos sociais afetados. Este discurso tem sido instrumental para o advento e fortalecimento de instituições voltadas para o socorro, cujos meios técnicos e operacionais reproduzem e engendram os seus protocolos, linguagens e procedimentos, em processos herméticos, portanto, impermeáveis ao controle social (LINDELL e PERRY, 2004).

Por sua vez, as instituições de resposta às emergências são idealizadas. Em geral, pautam-se por um sentido excepcional de bravura e abnegação, mistura que convenientemente as poupa de serem identificadas como participantes na constituição de certas tensões sociais - que, ainda assim, existem e ficam escamoteadas - envolvendo distintos lugares de verdade no contexto de crise.

Dessa idealização resulta que tais instituições esvaziam a possibilidade de reconhecimento do valor intrínseco e do potencial de contribuição que a elaboração simbólica e as habilidades locais têm para enfrentar a situação crítica existente. Resulta também que tais instituições blindam e preservam *ad continuum* o teor tecnicista das políticas públicas no tema.

A disposição hermética e, portanto, reiteradamente monológica dos meios técnicos e operacionais é um dos principais fatores que desencadeia a resistência dos moradores dos lugares suscetíveis contra a pedagogia da vitimização e os fazem lutar para estabelecer uma vocalização própria em torno dos acontecimentos que deterioraram as suas vidas subitamente (DAS, 1995; DAS e POOLE, 2008). Isso reitera a concepção de GARFINKEL (1967), de que eventos críticos, ainda que não suscitem o rompimento do senso comum do grupo social afetado, posto não ser algo cristalizado, podem modificar e até ampliar o seu *método de produção de significados*, ponderação que MARTINS (1998) também destacou.

Em situação de catástrofe, o senso comum não se manifesta como uma mera ativação coletiva de repertórios com significados estruturados *a priori*, como se os mesmos fossem passíveis de um armazenamento estanque na memória social, para depois serem acedidos conforme as exigências do contexto, mas sim como repertórios sujeitos a atualização, diante dos desafios impostos pelo cotidiano ou pelas circunstâncias graves.

Nestas últimas, realiza-se um esforço adicional de alargamento do leque de significados disponíveis, exigindo um reexame minucioso no intuito de permitir a continuidade e o encaminhamento da vida quotidiana, mesmo diante das descontinuidades das rotinas.

Assim, os desastres vão além do choque, com diversas gradações, das condições materiais de existência e do suscitar de um sofrimento social multidimensional, revelando-se como um tipo de crise que, potencialmente, ativa sentidos sociais e políticos alternativos para o enfrentamento das adversidades.

O esforço coletivo que, porventura, o grupo social afetado faça para elaborar interpretações aceitáveis, no âmbito do seu próprio meio social, sobre aquilo que foi vivido coletivamente como uma experiência incomum de ameaça à sua sobrevivência e que, depois, engendra a adoção de novos mecanismos de autoproteção, tem muitos pilares. Um deles é o discurso valorativo dos laços de sã convivência e da familiaridade existente entre os membros da localidade afetada, que assenta na relação de proximidade com o universo de privações vivenciado circunstancialmente por um dos seus membros.

A memória social é, pois, um importante recurso conceitual, que propicia a elucidação em

torno da existência de tais pilares, uma vez que, conforme refere JODELET (2007), ela é um espaço social e intersubjetivo que, compartilhado por meio de diferentes linguagens, pode ser entendido como uma *arena* onde diferentes grupos sociais lutam pela sobrevivência.

Para que assim seja, a memória social não pode ser concebida como mero resgate do passado, mas sim como um instrumento de busca pela valorização e legitimação da pertença social, instrumento este que confere poder aos sujeitos na luta quotidiana pela manutenção da vida e pela reconstrução psicossocial frente a eventos inusitados de desventuras que se apresentem no quotidiano.

Assim, ela não se constrói do nada, mas das relações que os sujeitos estabelecem entre si e com as estruturas sociais. Memória é, então, trabalho, no dizer de BOSI (1979), que se realiza por meio desse conjunto de interações e está, cultural e ideologicamente, vinculada a determinados grupos sociais e aos conflitos subjacentes às suas trajetórias.

Portanto, o seu sentido está inscrito não somente nas estruturas cognitivas de quem lembra, mas também no conjunto de códigos, valores e normas que informam determinada estrutura social e os sujeitos que delas participam. A nitidez do seu conteúdo não se relaciona apenas ao sujeito que recorda, mas à experiência social do seu grupo de referência, do mesmo modo que o conteúdo das lembranças, por sua vez, se relaciona com os interesses sociais que com elas estão relacionados.

2. Incêndios florestais: a memória social do lugar

Na síntese dos relatos individuais e coletivos de moradores idosos das mencionadas aldeias, que foram colhidos por meio da realização de entrevista semiestruturada, identificaram algumas palavras recorrentes, que denotam as principais ações dos moradores ao lidarem com as situações de incêndios florestais. Trata-se de uma produção discursiva dos que, de algum modo, as vivenciaram: vigília, alarme, combate, defesa e ajuda. Tais palavras são componentes de uma prática ativa em prol da autoproteção.

Porém, ambigualmente, são seguidas ou precedidas de outras que revelam sentimentos que também permeiam o quotidiano e denotam a sua fragilidade: aflição, medo, pânico. Este conjunto constitui o principal núcleo que dá sentido aos relatos dos memoria-listas e é por meio dele que construímos o eixo analítico que trata das interações que se estabelecem tanto entre os moradores das aldeias, como destes com os técnicos e operacionais de combate aos incêndios.

No verão português, caracteristicamente quente e seco, as referidas aldeias são espaços vigiados tanto pelos moradores, quanto pelos agentes de prevenção. Incrustadas na geografia das serras, elas formam verdadeiros observatórios naturais que permitem que, das janelas e varandas de algumas casas, ou mesmo dos vários mirantes que nelas existem, os moradores vigiem quotidianamente os horizontes, o

que aumenta a chance de controle e pode fazer muita diferença no saldo da tragédia.

Os relatos dos idosos informam que, em geral, os moradores locais foram os primeiros a tomar conhecimento de focos iniciais ou das linhas de fogo que avançavam em direção às suas aldeias. Embora a apreensão em relação aos incêndios estivesse (e continue a estar) sempre presente entre os que ali vivem e convivem no verão, nem sempre a vigilância foi ou é intencional.

Por exemplo, em Soito, um morador que migrou para Lisboa passava as férias com a família na aldeia e detectou a chegada do pior incêndio ali registado, ocorrido no ano de 1992, ao filmar o horizonte, despreziosamente. Em Aldeia das Dez, no incêndio de 1987, os que estavam nas ruas, casualmente, perceberam o avanço das chamas no horizonte e, ao mesmo tempo, outros moradores foram avisados pelos da aldeia vizinha, de onde a observação foi mais precoce e nítida; outros, ainda, foram avisados pelos bombeiros, que já combatiam o mesmo incêndio há dias em regiões vizinhas e perceberam que o vento redireccionava as chamas.

A vigilância comunitária permaneceu, enquanto duraram as linhas de fogo nos arredores, porque nem sempre o incêndio é apagado de pronto, sendo realizada nas ruas, durante o dia, e nas varandas, especialmente à noite, quando era quase impossível conciliar o sono diante do perigo iminente e também mais difícil mobilizar a comunidade em caso de uma virada brusca das chamas “[...] quem é que não tem medo do fogo? Praticamente a arder a casa?” O período noturno impõe uma insegurança adicional, não só por se saber que os meios aéreos param a sua atuação, mas também porque a redução da visualização do comportamento das chamas, no meio da noite e na presença do fumo, amplia o risco para os combatentes.

Por sua vez, as diversas formas de percepção das ameaças foram precedidas de diferentes modos de irradiação do alarme, em que a comunicação oral foi fundamental, entre eles, os de telefonar, chamar os vizinhos, gritar nas ruas, modos esses que são eficientes no contexto das aldeias, dado que elas são formadas por pequenos núcleos populacionais, com proximidade entre as moradias, embora haja distanciamento entre uma e outra aldeia, que ficam isoladas, cada qual envolvida por um fragmento de florestas e campos que as interligam por entre as serras.

Logo, quando as chamas avançam, os moradores das várias aldeias da região não só ficam no caminho inconstante do fogo e da fumaça, por vezes, até em razão de uma alteração (brusca ou gradual) do rumo dos ventos, que leva a que mudem as áreas para onde as chamas se propagavam, mas também ficam preocupados e sentem-se ameaçados, o que torna a observação da fumaça, do fogo e do rumo dos ventos numa prática muito difundida e que mobiliza os moradores adultos na antecipação de medidas de autoproteção, como sejam as de retirar a lenha cortada e empilhada junto da soleira da porta da casa, ou de armazenamento de água nos poços, para usar no combate ao incêndio, dentre outras.

Os que, vindo a proximidade do fogo, optam por tomar uma rota de fuga, ao invés de acudir aos seus pertencentes, aos espaços comuns e aos outros, são raros. O usual é que aqueles que mantêm vínculos de afinidade com a aldeia ameaçada pelas chamas, embora residam noutra localidade, se mobilizem para chegar quanto antes, a fim de ali auxiliarem nos trabalhos comunitários de extinção e, depois, nos de mitigação das perdas, danos e prejuízos e na reabilitação do meio social local, oferecendo donativos e apoio moral.

Ao sinal de alarme, o medo desencadeia diferentes ações táticas e estratégias, no sentido dado por CERTAU (1979). Nas aldeias em tela, tais ações, combinadas ou não, caracterizaram-se pelo enfrentamento das ocorrências, na defesa das moradias contra o incêndio e na mobilização para o combate das chamas, a par do salvamento das pessoas mais vulneráveis, da fuga das áreas mais expostas da aldeia e na recusa da aceitação das normas operacionais de controle para combater, nos seus próprios termos, os perigos ali manifestados.

Entre as ações táticas que contaram com recursos estritamente comunitários, mas a que por vezes se associaram práticas das autoridades locais, destacam-se as que ocorreram em Rio de Mel e Piódão, e se traduziram em:

1. Transferência dos moradores mais vulneráveis ou com a mobilidade prejudicada (doentes, idosos, crianças) para centros sociais e/ou outras dependências comunitárias como escolas, paróquias e acampamentos improvisados;
2. Apelos aos familiares de outras localidades para que viessem resgatar os seus, antes que as estradas fossem interditadas por causa das chamas e do fumo;
3. Salvamento de objetos considerados imprescindíveis para o viver provisório, até que a rotina se restabelecesse, temendo que a casa fosse tomada pelo fogo;
4. Salvamento de animais de criação doméstica, para garantir de alguma forma a possibilidade de recomeço ou, tão somente, pela compaixão por vê-los morrer queimados;
5. Colaboração no combate às chamas por meio do arrefecimento das paredes e do entorno das casas com a água armazenada para fins domésticos, na tentativa de evitar a aproximação do fogo;
6. Simplesmente, o abandono do local no auge da crise (com poucas roupas, documentos e algum dinheiro) para se juntar aos parentes que estavam fora da zona de perigo.

Situações limite foram relatadas em Cepos e Malhada, onde os moradores se esconderam dentro de poças de água até que as labaredas passassem. E passaram por cima de seus corpos, como se as enormes *linguas* de fogo *saltitassem* pelo ar, despregadas de sua matéria em combustão, para se lançarem sobre algures, situações que o desenho da orografia das serras, o comportamento dos ventos e o *efeito de chaminé* propiciam.

Tais ações táticas foram relatadas como sendo motivos de conflitos, ora entre os próprios moradores da comunidade, ora entre esses e os bombeiros e outros agentes de proteção civil². Se, do ponto de vista de alguns moradores, essas ações eram realizadas para garantir um mínimo de preservação da vida e do patrimônio material, na opinião de outros elas eram demasiadamente individualistas, porque não logravam alcançar a comunidade mais ampla. Foram referidas, principalmente, as situações de abandono dos moradores adultos ao contexto da crise local, através da fuga ou na ausência dos bombeiros, o que revela uma significava desconsideração para com o sofrimento alheio e para com o esforço de quem tentava salvar a aldeia, entendida como bem de todos.

Os diferentes agentes de combate, com base nos procedimentos operacionais, consideravam que essas ações táticas colocavam mais em risco, do que protegiam, os seus executores e a comunidade. O arrefecimento das casas foi por eles condenado, muito em especial, porque a água que poderia ser útil de modo mais eficiente no combate às chamas, era, assim, desperdiçada por evaporação ao chegar às paredes aquecidas e não impedia que o fogo invadisse as casas, além de que fazia com que ela escasseasse temerariamente diante da grande disputa por este recurso.

A irracionalidade de tal tática, segundo um morador de Soito e ex-bombeiro, era uma expressão do pânico sentido ao ver o fogo aproximar-se da casa. O abandono das aldeias, por sua vez, não era criticado pelos agentes de combate, ao contrário, eles condenavam os que insistiam em permanecer para defender o seu lugar e acabavam, segundo a visão institucional, mais a atrapalhar do que a ajudar.

Em Piódão, no incêndio de 2005, houve desacordo entre combatentes e moradores na definição dos que tinham condições para ajudar, uma vez que os primeiros queriam evacuar os segundos. Nessa aldeia, os moradores concordaram apenas parcialmente com o comando dos bombeiros, que pretendia que todos devessem ser evacuados de imediato. Os moradores aceitaram que as mulheres, idosos e crianças partissem nas viaturas oficiais, mas os homens adultos resistiram a este comando e atuaram na proteção do redor das casas e entenderam essa desobediência como algo decisivo para ter evitado prejuízos mais avultados.

Entre as ações estratégicas mais citadas encontram-se aquelas que dizem respeito à solidariedade prestada pelos moradores na manutenção da saúde, integridade e conforto dos combatentes, oficiais ou não. O trabalho dos agentes de combate nem sempre é passível de planeamento rigoroso.

As condições meteorológicas, as formas do relevo ou as características da própria floresta (com muita ou pouca carga combustível) podem fazer arrastar durante dias o trabalho de controle e o rescaldo de um incêndio, que pode crescer em área afetada e/ou mudar de direção abruptamente, conforme o aumento da temperatura e a diminuição da humidade relativa do ar, a força e os rumos que tomam os ventos e, ainda, o tipo, a quantidade e demais características do material combustível disponível para a queima.

A depender destas circunstâncias, os combatentes passam dias envolvidos na tarefa, longe de suas casas e com pequenos intervalos para descanso e alimentação. Exaustos, alguns ficam feridos e chegam a perecer em meio ao combate, quando são surpreendidos por uma mudança brusca do vento que traz as chamas até si, inesperadamente, ou ainda pelo aumento súbito da velocidade de propagação das chamas em sua direção.

Por sua vez, as comunidades retribuíram tal esforço e abnegação fornecendo água fresca, alimentos, lenços molhados que substituíram as (então inexistentes) máscaras e, principalmente, leite, no intento de hidratar e desintoxicar as vias respiratórias dos combatentes, que ficavam afetadas pela insistente inalação da fumaça. Essas ações podem ser consideradas estratégicas porque contribuíram para reforçar as estruturas oficiais de combate e manter o seu efetivo no trabalho, enquanto foi necessário. Em contrapartida, os bombeiros tranquilizavam os moradores ao garantirem que as casas, os animais e as lavouras não seriam consumidos pelo fogo e, em certos casos, também buscavam reforços provenientes de outras localidades.

O incêndio que atingiu a Aldeia das Dez, em 1987, pelas proporções que teve, mobilizou efetivos de mais de dez corpos de bombeiros, entre eles, os mais próximos: Oliveira do Hospital, Lagares da Beira, Arganil, Coja, Tábua, Vila Nova de Oliveirinha, Seia e São Romão, do mesmo modo que outros de cidades mais distantes como Coimbra, Guarda e até de Lisboa, entre muitos outros que foram envolvidos no teatro de operações deste incêndio, pois mobilizou mais de 1500 operacionais, 150 veículos de bombeiros e onde os meios aéreos descarregaram mais de 300 toneladas de água com caldas retardantes (VIEGAS, LOURENÇO *et al.*, 1988).

Estratégica foi, ainda, a ajuda prestada pela comunidade no combate ao fogo, propriamente dito, quando ela se dispôs a fornecer máquinas, equipamentos e a força dos braços dos mais jovens para abrir aceiros, limpar resíduos que poderiam incrementar a combustão e contribuir diretamente, sob o comando dos agentes operacionais, no apagar das chamas, formando filas indianas para o repasse de baldes cheios de água, esticando mangueiras ou usando ferramentas manuais de combate ao fogo.

Diante da ausência, da insuficiência ou do retardo na chegada dos meios operacionais, as comunidades construíram as suas próprias formas de combate. Além de constituírem uma força operacional adicional, alguns moradores recompensaram os com-

² Os bombeiros, voluntários ou não, são os principais agentes de proteção civil no combate aos incêndios florestais e a eles se juntam os técnicos e os sapadores florestais (responsáveis pela prevenção estrutural e, em particular pela vigilância das florestas), bem como a Guarda Nacional Republicana, que responde pela interdição das estradas e manutenção da ordem que favorece o trabalho dos bombeiros e seus aliados no combate aos incêndios, investiga as causas das ignições, procede à detecção de incêndios florestais e, através dos GIPS - Grupo de Intervenção, de Proteção e Socorro - participa em missões de ataque inicial.

batentes oficiais com presentes e até pequenas quantias em dinheiro. Porém, essas formas de combate, constituídas por frentes comunitárias, bem como as de solidariedade e de apoio aos combatentes oficiais, são, no geral, ocultas pelos últimos, que às mesmas não dão o destaque e a importância que os moradores locais lhes atribuem, o que demonstra o desequilíbrio valorativo que os referidos sujeitos dão a esta relação.

A solidariedade manifestava-se também na relação entre os moradores de uma aldeia afetada por um incêndio com os moradores de aldeias distintas, os quais forneceram roupas, utensílios domésticos e de trabalho, alimentos e abrigo para os que haviam perdido os seus bens, tão logo houvesse uma via de acesso que permitisse a sua entrada no lugar.

Os relatos também revelaram outras situações de tensão na relação entre combatentes e moradores. Em Gramaça, no incêndio do ano de 2005, tido localmente como o mais emblemático e que queimou diversas arrecadações de material agrícola, os bombeiros somente chegaram depois de tudo queimado e sem transportar água, porque vieram, diretamente, de outra frente de combate. Acresce que os moradores relataram ter conhecimento de que, na ocasião, havia quatro veículos de combate aos incêndios nas proximidades, mas o comando não os teria libertado para a defesa desta aldeia, pois estariam em prontidão para atendimento de outras ocorrências consideradas mais graves.

Revoltados, os moradores, decorridos mais de meia dúzia de anos, ainda não entendiam porque haviam sido preteridos e continuam ressentidos por não terem participado na elaboração dos planos de prevenção e combate, reivindicando a construção de um tanque para o armazenamento de água para, numa próxima ocorrência, abastecer os helicópteros e as viaturas utilizadas no combate, o que é justificável, segundo eles, pela constante presença do risco de incêndio florestal no seu quotidiano durante a estação de verão.

Não foram atendidos até ao momento, ao contrário do que ocorreu em Malhada, onde, após o incêndio considerado localmente como o mais grave, ocorrido em 1990, foi erigido um grande tanque de armazenamento de água e conectado aos equipamentos de combate, ou seja, às tomadas de água existentes nas ruas principais, providências que foram realizadas por meio da Comissão de Melhoramentos, uma associação comunitária que granjeia recursos para investir na aldeia. O referido incêndio aproximou-se à noite de Malhada, uma aldeia de difícil acesso, e os bombeiros somente chegaram na manhã do dia seguinte.

Em Cepos, os moradores mencionaram que estariam mais seguros se houvesse estradas mais limpas para facilitarem a passagem dos bombeiros e servirem de rota de fuga para a população, embora que no grande incêndio do ano de 1975 - em relação ao qual os moradores idosos demarcam a história local - atos de fuga não foram rememorados, mas, sim, as práticas de acudir uns aos outros, colocando-se, inclusive, em maior risco. Um rapaz, na ocasião,

arrebentou as janelas de uma casa em brasas para de lá retirar uma senhora. Mulheres correram na direção do fogo, onde estavam os seus animais de criação, a fim de transportá-los a um lugar seguro e duas delas foram apanhadas pelas chamas e vieram a falecer abraçadas a seus animais, protegendo-os em vão. O episódio que envolveu essas duas mortes perdura não apenas na memória da aldeia, mas também na placa de homenagem a elas, que se encontra ao lado do portão de entrada do cemitério da aldeia.

A defesa dos bens materiais foi feita, às vezes, em detrimento da própria vida. A casa e tudo o que nela continha, o carro da família, os materiais e equipamentos de trabalho, géneros alimentícios armazenados (batata, cebola, milho, azeite, grãos), um pequeno conjunto de animais de criação (cabras, ovelhas, galinhas, coelhos), enfim, o dilema posto entre fugir do perigo iminente e ficar para defender o lugar, foi vivenciado por todos, mas, efetivamente, enfrentado de modo particular por cada um. Caso emblemático foi o de um morador de Cepos que, passados quase quarenta anos, ainda parecia moralmente abalado por ter perdido algo que não era seu: “Foram horas difíceis. Uma parte do dinheiro que ardeu nem era meu. Eu era empregado, cobrador de luz ... Na minha casa ardeu tudo o que tinha, fiquei apenas com a roupa do corpo [...] o dinheiro era da empresa Hidroelétrica de Arganil Lt.da, eu era cobrador da companhia. O dinheiro estava em casa, veio o fogo e ele ardeu. A empresa fez o favor de doar a dívida.”

Outra moradora da mesma aldeia falou-nos sobre o mesmo episódio: “[...] esse dia péssimo nunca me esqueço... meu primo queria morrer dentro de casa, por causa desse dinheiro, e nós todos a gritar por cima [para que ele se evadisse do local em chamas]”.

Prejuízo e tristeza foram as palavras mais utilizadas pelos entrevistados ao relembrares como ficaram as aldeias depois dos incêndios. As quantias de dinheiro guardadas, bem como as florestas e lavouras, estavam entre as perdas materiais mais significativas, porque diziam respeito ao capital acumulado em anos de trabalho. Por exemplo, uma floresta de pinho demora, aproximadamente, entre 30 e 40 anos para se formar.

Mas, não menos importantes do que os prejuízos económicos e as perdas materiais foram as perdas afetivas e simbólicas. De facto, nas aldeias, por serem núcleos populacionais pequenos e tradicionais, as perdas humanas são muito sentidas, sobretudo porque os laços afetivos são formados pela estreita convivência de anos, através das relações de parentesco e de vizinhança.

Nos relatos que informaram sobre este tipo de perdas, os entrevistados referiram, por exemplo, que em:

1. Chão Sobral, houve a morte de um homem alcoolizado/alcoólatra que, por ter perdido a noção do perigo, se aproximou da frente de chamas, altura em que foi alcançado fatalmente. Além dele, várias crianças adoeceram

em razão da inalação de fumo e algumas delas sofreram traumas pela participação nos eventos;

2. Aldeia das Dez, o fogo chegou ao antigo cemitério e destruiu o espaço e o acervo de lembranças dos entes queridos mortos;
3. Piódão, uma mãe interrompeu a preparação de bolo de festa de aniversário de seu filho ao chegar o alarme de fogo;
4. Cepos, a broa de milho que estava no forno comunitário queimou-se;
5. Malhada, filhas em fuga da aldeia, que ficaram desaparecidas por algumas horas, levaram o pai ao desespero e ao desmaio;
6. Soito, um velório foi interrompido pelo incêndio e o corpo somente foi enterrado quando as brasas foram debeladas.

Em resumo, perdas significativas porque, além da ruptura do quotidiano, deixaram marcas irreparáveis e impossibilidade de recuperação no curto prazo. Referem-se a pessoas e factos que hoje são parte de uma memória, que é viva e dolorosa, mas que também é preciosa, porque é tudo o que restou de um tempo e de relações que não podem ser recuperadas.

Outra dimensão da mesma tristeza diz respeito à transformação da paisagem. O verde das florestas, hortas e jardins, que no verão - época em que ocorrem os incêndios - estavam no auge do vigor e da sua beleza, pois eram, caprichosamente, cuidados, foi substituído pelo cinza da paisagem queimada, onde só sobraram as pedras. No imaginário aldeão, a escuridão das cinzas “[...] é uma coisa que nem sei explicar[...]”, tristeza que não cabe nas palavras e que é revivida sempre que chegam notícias da ocorrência de eventos similares “[...] no dia 11 de julho [de 2013], estava a ouvir as pessoas aflitas e até chorei só de ouvir. Há 23 anos estávamos nós na mesma situação” confidenciou-nos uma moradora de Malhada, referindo-se à reportagem a que assistiu na televisão sobre o incêndio ocorrido em Alfândega da Fé (NE de Portugal), em julho de 2013.

Nas semanas que se sucederam aos incêndios, o consolo era saber que, por estar tudo queimado, outro incêndio já não viria tão cedo.

Nas memórias sobre o processo de reconstrução, reviviam o trabalho redobrado que tiveram para recuperarem os seus bens pessoais e comunitários, bem como a presença dos amigos e vizinhos que não falharam nas ações solidárias e, ainda, os valores simbólicos recebidos dos governos locais, para ressarcir alguns dos prejuízos.

À guisa de finalização

Talvez o problema central, em termos sociológicos, não sejam os hiatos - caracterizados por omissões ou insuficiências - existentes na relação dos meios técnicos e operacionais atuantes nas emergências com o meio social local, a fim de ajustar este último à visão institucional, *sensibilizá-lo*, por assim dizer, mas seja sim a existência de uma

cultura institucional de planificação que ainda prescinde de ser construída a partir de uma racionalidade dialógica.

Os desastres/catástrofes suscitam certas reconfigurações do mundo pelos grupos sociais que os vivenciam, ao mesmo tempo em que as necessidades de retorno às rotinas da vida quotidiana exigem que isso seja feito o mais prontamente possível, para que a função precípua de garantia da sobrevivência individual e coletiva, ameaçada por tais eventos, seja assegurada.

No entanto, alguns desastres exigem precisamente o inverso, isto é, que seja testada a solidez do repertório dos sujeitos envolvidos, compartilhando significados basilares sobre o mundo, a fim de que as práticas convencionais ou alternativas, que se desencadeiam de imediato no espaço desorganizado, estejam ancoradas numa sociabilidade plausível e sejam justificáveis não só para quem as adota, mas também perante os demais que sofrem os seus efeitos.

O sistema de objetos destruídos ou danificados no lugar, associado aos danos humanos e imateriais havidos, impõe um novo quadro de referências à memória social. E, frequentemente, esta memória social é ativa e converte algumas das práticas rotineiras locais, que porventura se situavam num outro tempo cronológico, em algo mais conforme com as novas exigências de autoproteção e de proteção das demais pessoas enredadas no lugar.

Não é, pois, apenas o teor do sofrimento social multidimensional aquilo que subjaz à vivência de um desastre e que merece um aprofundamento dos estudos sociológicos no sentido de aclarar as suas especificidades ou regularidades. De facto, também os repertórios de saberes e de práticas dos grupos sociais afetados que, ao seu modo, lhes permitem lidar com esse evento crítico, também deveriam ser objetos de busca de uma compreensão sociológica mais constante. Com efeito, as ocorrências catastróficas ganham uma progressão preocupante por todo o planeta e tornam-se mais complexas no que concerne à natureza dos fatores de risco que se lhes associam.

Para finalizar esta reflexão sobre a problemática dos incêndios florestais no interior de Portugal sem, contudo, sermos conclusivos, cabe mencionar que, do ponto de vista dos entrevistados, tais desastres são atribuídos a um conjunto de *práticas perigosas*, entre elas de negligência, de diversos intervenientes:

1. Proprietários, agrícolas e florestais, que não limpam seus terrenos e neles deixam acumular matéria orgânica combustível, sobretudo nos terrenos situados próximo às aldeias;
2. Governos locais (Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia) que fazem o mesmo com as estradas e vias públicas;
3. Moradores que, aos finais de semana, se alcoolizam ou que fazem assados nas brasas sem os devidos cuidados para que as agulhas não atinjam as florestas;
4. Insanos que, por divertimento ou sadismo, ateiam fogos pelo prazer de apreciar a movimentação das pessoas, dos bombeiros e outros

agentes de proteção civil nas operações de combate.

Foi quase unívoca a menção a uma *mão criminosa*, que provoca os incêndios por alguns dos motivos acima apontados. Mas, como a produção discursiva do coletivo tem fissuras, houve também quem atribuisse os incêndios aos interesses da indústria madeireira, que se vale da situação para comprar madeira queimada por um preço menor, porque a aparência da madeira nem sempre prejudica a qualidade da matéria-prima, mas reduz drasticamente o preço de compra, gerando lucros adicionais a uma parte da cadeia produtiva à custa do produtor florestal. Nesta fissura pretendemos abrir uma das trilhas para dar continuidade às nossas investigações neste campo.

Outra trilha a seguir poderá ser aquela que nos levará às formas de incorporação do saber empírico da comunidade e dos agentes de combate nas políticas futuras de controle e prevenção dos incêndios.

Enquanto ponderamos sobre uma ou outra trilha de continuidade da investigação, Portugal segue em chamas, neste verão de 2013, numa avassaladora onda de incêndios florestais como poucas vezes se viu.

Agradecimento

Os autores agradecem às Câmaras municipais de Oliveira do Hospital, Arganil e Góis, bem como à Junta de Freguesia da Aldeia das Dez e aos moradores das aldeias estudadas pelas valiosas informações primárias e secundárias prestadas.

Referências bibliográficas

- BARONET, Paulo R. (2011) - *O campo já não é só campo e a cidade também se transforma: como ler a relação entre o campo e a cidade no contexto migratório*. Lisboa, ISCTE, 2011. Disponível: <http://www.conferencias.cies.iscte.pt/index.php/icyurb/sicyurb/paper/viewFile/147/60>, [12/05/14].
- BOSI, Ecléa (1979) - *Memória e sociedade: lembrança de velhos*. T.A. Queiroz Editor Ltda, São Paulo.
- CERTAU, Michel (1994) - *A invenção do quotidiano: arte de fazer*. Vozes, Petrópolis.
- DAS, Veena (1995) - *Critical Events: an anthropological perspective on contemporary*. Oxford University Press, New Delhi.
- DAS, Veena; POOLE, Deborah (2008) - "El estado y sus márgenes: etnografías comparadas". *Cuadernos de Antropología Social*, 27, Buenos Aires, pp. 19-52.
- GARFINKEL, Harold (1967) - *Studies in ethnomethodology*. Polity Press, Cambridge.
- GRANJO, Paulo et al. (2012) - "Alguém dirá o que fazer - (im) preparação face às ameaças costeiras". *Atas do VIII Congresso Português de Sociologia*, Universidade do Porto. Disponível: http://www.aps.pt/vii_congresso/papers/finais/PAP1366_ed.pdf [17 de outubro de 2012].
- GUIVANT, Júlia S. (1998) - "A trajetória das análises de riscos: da periferia ao centro da teoria social". *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, 46, 2.º sem, 1998, pp. 3-37.
- HAAS, Valerie e JOULET, Denise (2007) - "Pensée et mémoire sociales". In J. P. PÉTARD (Ed.) - *Psychologie Sociale*, Paris, Bréal, pp. 111-160.
- LINDELL, Michael K. e PERRY, Ronald W. (2004) - *Communicating Environmental Risk in Multiethnic Communities*. Sage, Thousand Oaks.
- LOURENÇO, Luciano (1988a) - "Incêndios florestais entre Mondego e Zêzere no período de 1975 a 1985". *Cadernos de Geografia*, 7, pp. 181-189. Disponível: http://www.uc.pt/fluc/nicif/Publicacoes/Estudos_de_Colaboradores/PDF/Publicacoes_periodicas/CadGeo7_1988 [14 de julho de 2013].
- LOURENÇO, Luciano (1988b) - "Tipos de tempo correspondentes aos grandes incêndios florestais ocorridos em 1986 no Centro de Portugal", *Finisterra*, vol. XXIII, nº 46, Lisboa, pp. 251-270. Disponível: http://www.uc.pt/fluc/nicif/Publicacoes/Estudos_de_Colaboradores/PDF/Publicacoes_periodicas/FinisterraXXIII46_1988 [14 de julho de 2013].
- LOURENÇO, Luciano (coord.) (2006) - *Paisagens de Socalcos e Riscos Naturais em Vales do Rio Alva*. Coletâneas Cindinicas VI. Núcleo de Investigação Científicas de Incêndios Florestais, Coimbra. Disponível: www.uc.pt/fluc/nicif/Publicacoes/Colectaneas_Cindinicas/Coletanea_Cindinica_VII [10 de julho de 2013].
- LOURENÇO, Luciano (2007) - *Riscos Ambientais e Formação de Professores*. Coletâneas Cindinicas VII, Projeto de Sensibilização e Educação Florestal da População Escolar, Núcleo de Investigação Científica de Incêndios Florestais da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra. Disponível: www.uc.pt/fluc/nicif/Publicacoes/Colectaneas_Cindinicas/Coletanea_Cindinica_VII [10 de julho de 2013].
- LOURENÇO, Luciano (2009) - "Plenas manifestações do risco de incêndio florestal em serras do Centro de Portugal. Efeitos Erosivos subsequentes e reabilitações pontuais". *Territorium*, Revista da Associação Portuguesa de Riscos, Prevenção e Segurança, 16, pp. 5-12. Disponível: http://www.uc.pt/fluc/nicif/riscos/Documentacao/Territorium/T16_artg/T16art01.pdf [10 de julho de 2013].
- MARTINS, José de Souza (1998) - "O senso comum e a vida quotidiana". *Tempo Social*, Revista Soc. USP, 10(1), maio, São Paulo, pp.1-8.

- MARTINS, José de Souza (2000) - *A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala*. Hucitec, São Paulo.
- OLIVEIRA, Sofia L. J. (2008) - *Análise da frequência do fogo em Portugal Continental (1975-2005) com a distribuição de Weibull*. Tese de Mestrado, ISA, UTL, Lisboa.
- PEREIRA, Nuno e LOURENÇO, Luciano (2006) - "Riscos de cheias e inundações após incêndios florestais. O exemplo das bacias hidrográficas das ribeiras do Piódão e de Pomares". *Actas das VI Jornadas do Prosepe*, pp. 123-149. Disponível: http://www.uc.pt/fluc/nicif/Publicacoes/Colectaneas_Cindinicas/Download/Colecao_VII/Artigo_II.pdf. [fevereiro de 2013].
- QUARANTELLI, Enrico L. (1998) - "Epilogue". In: QUARANTELLI, Enrico L. (Ed.) - *What is a disaster? Perspectives on the question*. Routledge. London and New York, pp. 234-273.
- QUARANTELLI, Enrico L. (2005) - "A social science research agenda for de disasters of the 21st century: theoretical, methodological and empirical issues and their professional implementations". In: PERRY, RONALD W.; QUARANTELLI, ENRICO L. (Eds.) - *What is a disaster? New answers to old questions*. International Research Committee on Disasters, USA, pp. 325-396.
- SOROKIN, Pitirim A. (1942) - *Man and society in calamity - the effects of war, revolution, famine, pestilence upon human mind, behaviour, social organization and cultural life*. E.P. Dutton and Company, Inc., New York.
- VALENCIO, Norma (2010) - "Desastres, ordem social e planeamento em defesa civil: o contexto brasileiro". *Saúde e Sociedade* (USP. Impresso), 19, pp. 748-762.
- VIEGAS, D. Xavier; LOURENÇO, L. et al. (1988) - *Análise do Incêndio Florestal ocorrido em Arganil/Oliveira do Hospital de 13 a 20 de Setembro de 1987*. Centro de Mecânica dos Fluidos, Coimbra, 102 p. Disponível: www.uc.pt/fluc/nicif/Publicacoes/Estudos_de_Colaboradores/PDF/Relatorios/1988_Mecanica_dos_fluidos
- ZHOURI, Andréa; OLIVEIRA, Raquel (2010) - "Quando o lugar resiste ao espaço: colonialidade, modernidade e processos de territorialização". In: ZHOURI, Andréa e LASCHEFSKI, Klemens (Orgs.) - *Desenvolvimento e conflitos ambientais*. Editora da UFMG, Belo Horizonte, pp. 439-462.